



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 199840-9/02 - Recife (34ª Vara Cível)

Embargante: Banco do Brasil S/A

Embargada: Olívia Abreu Fonseca

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS
DECLARATÓRIOS. OCORRÊNCIA DE OMISSÃO NO
JULGADO. RECURSO CONHECIDO, PORÉM REJEITADO.

1) Ocorre omissão no julgado quando verificado que o órgão
julgador silenciou sobre matéria suscitada pela parte. Defeito que
pode e deve ser sanado por meio dos Embargos Declaratórios.

2) "Admitem-se como agravo regimental embargos de declaração
opostos a decisão monocrática proferida pelo relator do feito no
Tribunal, em nome dos princípios da economia processual e da
fungibilidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração
supramencionados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores
Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Tribunal, **POR
UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **REJEITAR O RECURSO**, tudo em
conformidade com a ementa e o voto em anexo, os quais passam a integrar
este julgado.

Recife, de 20 janeiro de 2010.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 199840-9/02 - Recife (34ª Vara Cível)

Embargante: Banco do Brasil S/A

Embargada: Olívia Abreu Fonseca

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Banco do Brasil S/A opôs estes Embargos de Declaração contra o acórdão de fls. 13, lavrado à vista do julgamento do Recurso de agravo nº 199840-9/01, em que são partes a ora embargante e **Olívia de Abreu Fonseca**, ora embargada.

Em suas razões, alega o embargante que a decisão proferida por esta Corte foi omissa na medida em que recebeu os Embargos de Declaração como Recurso de Agravo, cerceando o direito de defesa do embargante.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios para o fim de sanar os defeitos apontados.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 199840-9/02 - Recife (34ª Vara Cível)

Embargante: Banco do Brasil S/A

Embargada: Olívia Abreu Fonseca

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

O acórdão embargado está vazado nos seguintes termos (fls. 13 do recurso de agravo em apenso):

"EMENTA. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. FALTA DE INTERESSE DA PARTE APÓS INTIMAÇÃO PESSOAL. APELAÇÃO - IMPROVIMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. MATÉRIA DECIDIDA NOS TRIBUNAIS. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. A jurisprudência pátria firmou o entendimento de que a extinção do feito com base no art. 267, II e III deve ser precedida de intimação pessoal da parte".

Apontou o embargante que a decisão embargada considerou os Embargos de Declaração como Recurso de Agravo e que essa inconsistência suprimiu o seu direito de defesa.

Com fundamento nos princípios da fungibilidade recursal e da economia processual os embargos de declaração foram recebidos como agravo regimental, eis que questionava decisão monocrática desta relatoria que negou seguimento ao recurso de apelação. Esse fato não acarretou qualquer prejuízo ao embargante, muito menos cerceou o seu direito de defesa.

Neste sentido tem se posicionado a jurisprudência pátria:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ISENÇÃO IMPOSSIBILIDADE. 1. "Os embargos de declaração podem ser recebidos como agravo regimental tendo em vista os princípios da fungibilidade recursal e da instrumentalidade do processo. Precedentes: EDcl no REsp n.º 715.445/AL, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 13.06.2005 e EDcl no Resp n.º 724.154/CE, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 20.06.2005" (EDcl no Ag 760.718/RJ, 1ª Turma, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16.10.2006). 2. "É vedada a isenção do pagamento dos honorários advocatícios e das custas judiciais ao beneficiário de assistência judiciária gratuita, sendo cabível apenas sua suspensão temporária enquanto durar a situação de pobreza da parte" (AgRg no REsp 668.767/PE, 6ª Turma, Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 26.11.2007). 3. Embargos de declaração recebidos como agravo



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

131

regimental a que se nega provimento" (STJ, 4ª Turma, EDcl no Ag 955120/RS, Rel. Convocado: Min. Carlos Fernando Mathias, DJ 22/09/2008).

"Ementa - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DOBRA ACIONÁRIA. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. 1. **Admitem-se como agravo regimental embargos de declaração opostos a decisão monocrática proferida pelo relator do feito no Tribunal, em nome dos princípios da economia processual e da fungibilidade.** 2. Nos contratos de participação financeira destinados a habilitar os aderentes ao uso de linha telefônica, o valor patrimonial da ação deve ser fixado no mês da integralização, com base em balancete mensal a ele correspondente. Tal critério há de ser observado também no cálculo dos valores devidos a título de dobra acionária da telefonia celular. 3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional. 4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento." (STJ, Processo EDcl no Ag 988391/RS; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0281675-1; Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA; QUARTA TURMA; Data do Julgamento 18/09/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 13/10/2008).

Ante o exposto, o meu voto é no sentido de conhecer a omissão e suprimindo-a declarar que a decisão embargada foi recebida como recurso de agravo pelo motivo da fungibilidade recursal e economia processual.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator